

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UnC
PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR - FUNDES

MARISTELA MORO KONOPKA

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
NA OPTICA DAS DIRETRIZES VIGENTES NO ESTADO DE SANTA CATARINA

MAFRA
2016

MARISTELA MORO KONOPKA

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
NA OPTICA DAS DIRETRIZES VIGENTES NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Plano de Ação em Gestão Escolar apresentado como exigência para conclusão do curso de pós-graduação em Gestão Escolar, ministrado pela Universidade do Contestado – UnC, Campus Mafra, em Convênio com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina pelo FUNDES.
Orientador(a): Professor Ms. Alceu Valério.

MAFRA

2016

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA	3
1.2 SITUAÇÃO GERADORA.....	4
1.3 JUSTIFICATIVA.....	4
1.4 OBJETIVO GERAL	5
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1 A GESTÃO E O GESTOR ESCOLAR	6
2.2 EDUCAÇÃO, GESTÃO E GESTOR ESCOLAR NA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA	7
3 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	10
3.1 DESCRIÇÃO GERAL	10
4 DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR DIMENSÃO.....	16
4.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA.....	16
4.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA	16
4.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	17
4.4DIMENSÃO FINANCEIRA.....	18
4.5 DIMENSÃO FÍSICA.....	19
5 CONTROLE E AVALIAÇÃO DO PLANO	21
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Os apelos existentes na atualidade que se referem à educação, considerando seus princípios e finalidades, estabelecem uma nova sistemática de escolha do gestor de escola na rede estadual de ensino. Nesta forma um dos critérios já definidos, estabelece a seleção do que tem denominado hoje de Plano de Gestão Escolar. No Estado de Santa Catarina este recente método de escolha de seus gestores segue o que preconiza o Decreto nº 1.794, de 15 de outubro de 2013, e as alterações introduzidas pelo Decreto SC nº 243, de 1º de julho de 2015.

Estes Decretos são instrumentos que fundamentam a legalidade desta ação, tratando-se de um conjunto de informações que podem possibilitar a mudança de modelo de gestão nas escolas da rede estadual. O contexto destas mudanças mostra que a gestão precisa valorizar a participação da comunidade escolar nos processos de planejamento e decisão, no aperfeiçoamento da gestão democrática e na transparência das ações pedagógicas e administrativas.

O Plano de Gestão Escolar passa ser um documento fundamental no sentido de planejar as estratégias e ações. O levantamento e constatação da realidade em que a instituição educacional está inserida e as necessidades que são constatadas, elabora-se o plano que virá ao encontro de uma melhora significativa.

Sabe-se que o Estado de Santa Catarina realizou este processo, no ano de 2015 em quarenta escolas. No ano seguinte, mais de novecentas e trinta escolas realizaram a escolha do Plano de Gestão com ampla participação da comunidade escolar. O Plano de Gestão selecionado mediante avaliação e posteriormente escolhido em processo democrático pela comunidade escolar através do voto, tem a duração de quatro anos e precisa ser acompanhado pela comunidade escolar e por uma equipe técnica especializada.

Este trabalho procura realizar a descrição dos caminhos que serão percorridos para a elaboração de um Plano de Gestão Escolar conforme o que preconiza a legislação vigente no Estado de Santa Catarina, com a intenção de desenvolver conhecimentos e informações, relacionando a teoria com a prática, os quais venham ao encontro deste novo modelo de escolha do gestor, bem como, em

um futuro próximo poder idealizá-lo em Unidades de Ensino da região Norte do referido Estado.

1.2 SITUAÇÃO GERADORA

A partir da compreensão de que os documentos que tratam a Gestão Escolar, com seus princípios e finalidades estabelecidos por diretrizes para a realização de uma efetiva gestão democrática. Para isto é fundamental a elaboração de plano de gestão, focado nos processos de participação coletiva, na efetivação do processo de ensino e aprendizagem e no sucesso dos estudantes, define-se o objeto de investigação:

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância do plano de ações em gestão está na percepção e conhecimento do eixo norteador de todo o processo de condução da educação. Considerando tratar-se de um procedimento que contempla um olhar para as questões políticas e também pedagógicas, bem como no desenvolvimento do trabalho nos diferentes contextos da escola é imprescindível que os gestores conheçam os processos de planejamento, implementação e avaliação das ações políticas, pedagógicas, administrativas, físicas e financeiras das instituições.

A implementação do plano beneficiará aos futuros gestores de forma a tornar-se um material que possibilite estimular o exercício da prática de uma gestão aberta ao diálogo e ao comprometimento coletivo a partir da reflexão dos processos democráticos.

Este plano é uma forma de enfatizar os benefícios que a gestão escolar e a comunidade escolar conquistarão a partir do direito de agir com democracia, autonomia e liberdade, amparada pelas legislações que viabilizam a realização de ações priorizando os objetivos e obrigações educacionais e sociais, garantindo assim a elaboração de Planos de Gestão Escolar que se constituam de fundamentos para a efetivação de um gerir que oportunize mudanças relevantes e significativas para o processo educativo.

1.4 OBJETIVO GERAL

Elaborar um plano de gestão escolar, com o enfoque fundamentado na melhoria do processo educativo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A GESTÃO E O GESTOR ESCOLAR

É evidente que os processos de democratização e descentralização têm transformado o ambiente escolar e educacional, criando desafios importantes para o Gestor Escolar. Na dinâmica histórica da evolução da sociedade, um novo modo de ser nas relações de poder entre se instalou entre os diversos grupos. Um novo modo de administrar requer do gestor maior comprometimento com os principais fatores relacionados aos princípios que devem reger a administração pública, sendo eles a moralidade, a legalidade, a impessoalidade, a publicidade e a eficiência preconizados também na carta magna que é a Constituição Federal (SED,2016).

Conforme o que consta no documento que orienta o papel do Gestor Escolar no Estado de Santa Catarina:

Os princípios Constitucionais precisam nortear a Escola em todos os seus segmentos, direcionados por uma gestão democrática que deve realizar um trabalho articulado, com transparência, por meio do diálogo, valorizando a justiça e o ser cidadão. Com o olhar voltado a esses paradigmas, o diretor tem como incumbência conciliar as demandas burocráticas e políticas com as pedagógicas, propiciando a participação de toda comunidade escolar ao gerir os recursos públicos, a formação dos professores e dos funcionários, a construção do Projeto-Político-Pedagógico (PPP), as demandas cotidianas, as relações interpessoais, garantindo o processo pedagógico e o sucesso dos estudantes na perspectiva de uma escola cidadã (SED, 2016, p. 7).

O gestor escolar precisa estabelecer um verdadeiro e efetivo comprometimento com a finalidade da escola e com suas dimensões, realizando suas ações focadas na ação pedagógica, devendo, ainda, ter a habilidade para gerir conflitos, criando espaço de interlocução entre a comunidade escolar, respeitando os diferentes saberes, as diferentes identidades e envolvendo as diversas instâncias colegiadas.

Conforme afirma Cury:

Na efetivação da cidadania, no exercício de alguma função como profissional consciente, crítico e competente é exigido que se tenha formação, conhecimentos, habilidades, competências e valores. Dessa forma, “[...] entre os conhecimentos necessários, um que você precisa

dominar é o ordenamento normativo de seu campo profissional, do seu campo de interesse e de sua sociedade” (CURY, 2002, p. 9).

A concretude da Gestão Escolar Democrática pauta-se na legislação vigente e exige a existência de uma pauta escolar construída coletivamente, comprometendo e envolvendo todos os membros da escola, em todos os momentos da vida escolar, voltados para a concretização da liberdade comprometida para o aprender e para o ensinar.

A gestão escolar e seu gestor precisam estar em consonância com as exigências atuais que a educação e seus processos apresentam, compreendendo que a escola é um ambiente que se fundamenta na cidadania e na dignidade da pessoa, o que implica igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

Conforme cita Paulo Freire (1984, p. 23):

É necessário entender a educação não apenas como ensino, não no sentido de habilitar, de “dar” competência, mas no sentido de humanizar. A pedagogia que trata dos processos de humanização, a escola, a teoria pedagógica e a pesquisa, nas instâncias educativas, devem assumir a educação enquanto processos temporal, dinâmico e libertador, aqueles em que todos desejam se tornar cada vez mais humanos. A escola demonstra ter se esquecido disso, tanto nas relações que exerce com a criança, quanto com a pessoa adolescente, jovem e adulta.

Por isso, o Gestor Escolar que, também é um gestor do processo educativo, deve ter a sensibilidade de considerar os sujeitos da comunidade escolar, fazendo com que estes se sintam acolhidos, amparados e respeitados pela escola e pelos profissionais da educação, com base nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade (BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013).

2.2 EDUCAÇÃO, GESTÃO E GESTOR ESCOLAR NA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA

A construção deste Plano de Gestão precisa da compreensão da dinâmica de toda comunidade escolar levando em conta as ações dialógicas e dialéticas que a compõem, para tanto esta ação requer reflexão, organização de ações e o conhecimento da realidade em que se está pretendendo interferir.

Para que a educação efetivamente cumpra com seu papel de reflexão crítica sobre a sociedade e de favorecimento do exercício da cidadania, faz-se imprescindível parar para refletir, analisar e planejar. Precisa, também, desenvolver a prática da avaliação contínua e da promoção de ajustes de percurso, sempre tendo como horizonte o projeto político-pedagógico.

Sendo assim o Plano de Gestão Escolar e o papel que desempenha o gestor escolar não se resume meramente à administração da escola; a partir do compromisso assumido este passa a ser um agente responsável por mudanças, necessitando incorporar conhecimentos e informações imprescindíveis a sua atuação, reconhecendo que a educação não é uma área inerte e que as transformações ocorrem à medida que o foco da ação educativa, os meninos e meninas, interagem com o mundo externo.

O gestor da atualidade deve gerenciar com responsabilidade, motivação, preocupado com a formação continuada de sua equipe, interagindo com a comunidade escolar, atualizando-se e compartilhando conhecimentos. Este gerenciamento está na ação de conduzir tarefas dentro da escola administrando recursos, grupo técnico (professores), grupo administrativo com o objetivo de atender e fornecer serviços especializados e de qualidade a seus alunos, portanto na formulação do Plano de Gestão Escolar deve ter em mente que todas as dimensões necessitam de um olhar significativo e ressignificado pelo que preconiza a legislação.

A Proposta Curricular de Santa Catarina (2014, p. 26) ainda considera que:

Uma formação mais integral do cidadão supõe considerar e reconhecer o ser humano como sujeito que produz, por meio do trabalho, as condições de (re)produção da vida, modificando os lugares e os territórios de viver, revelando relações sociais, políticas, econômicas, culturais e socioambientais.

Portanto ao se propor um Plano de Gestão Escolar, precisa-se ter em mente a necessidade de se promover uma escola que compreenda e perceba as potencialidades e as dificuldades nos diferentes âmbitos de sua integralidade, pois se tratam de dimensões que estão presentes na individualidade e na coletividade, nas diferentes instituições e não diferente a escola. O Plano de Gestão precisa ter clareza de que se trata de uma ação que assume um papel voltando-se para os pressupostos e finalidades da Educação e da pessoa humana, portanto quanto mais

integral a elaboração deste plano, maiores são as possibilidades de criação, recriação, ação, conhecimento, informação e transformação da realidade a que se está disposto a gerir.

3DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

3.1 DESCRIÇÃO GERAL

Pode-se dizer que a maioria dos alunos busca a escola como necessidade de adquirir conhecimento na perspectiva de uma vida melhor. Todos almejam ser “alguém” na vida, desde a mais modesta profissão. Veem na escola a possibilidade de desenvolver-se social e intelectualmente para tornar seus objetivos presentes em realidade futura.

A situação econômica dos moradores do bairro em média é abaixo do desejado, com vários casos de famílias com problemas de desemprego. Alguns possuem condução própria e a habitação é constituída por casas simples de alvenaria ou madeira.

A média salarial está em torno de um a cinco salários mínimos e as famílias constituem-se em um número de 3 a 7 pessoas.

O grau de escolaridade dos pais, em sua maioria é de conclusão do Ensino Fundamental Completo, tendo também os que possuem Ensino Médio e Superior, mas que não caracterizam um número relevante de casos.

Com relação ao trabalho exercido pelos pais percebe-se que a grande maioria é empregado das indústrias locais, onde ainda o pai é responsável pelo sustento da família e grande parte das mulheres declara-se nas matrículas como sendo do lar.

Parte dos alunos são filhos de famílias provenientes da zona rural, onde estes educandos acabam necessitando de transporte escolar gratuito.

Com relação às etnias, ainda predominam em uma faixa de 75% os filhos de pais europeus (alemães, poloneses, italianos), e os outros 25% existe uma miscigenação, tendo pardos, negros, índios, caboclos e orientais.

Os pais dos alunos participam somente de atividades dentro de sua comunidade, como festividades em igrejas e escolas, sendo raro os casos de atividades de lazer em outros lugares.

Dimensionada para o Ensino Fundamental do 1º ano/09 ao 9º ano/09, a Unidade de Ensino baseia-se pelo fato de que a Proposta Curricular reconhece a complexidade da prática docente, por isso, tem como propósito contribuir com a melhoria da ação pedagógica do amplo e diversificado território da ação docente,

com vistas ao avanço de estratégias sob princípios científicos na produção do conhecimento, consolidando uma aliança expressiva dos atores coletivos do meio educacional para enfrentar a complexidade desta ação.

A ordenação do Currículo é realizada por ano/turma anual considerando as áreas de estudos: Conceitos Essenciais por Disciplina para o Ensino Fundamental de Nove Anos; Temas Multidisciplinares; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; Educação Especial; Educação Inclusiva.

Tem-se como princípio de que o Currículo abrange vários elementos, tais como a grade curricular, disciplinas, conteúdos e conhecimento seguindo a Orientação Curricular em foco no que ensinar: conceitos e conteúdos para a Educação Básica.

Diante do perfil de aluno busca-se construir uma proposta metodológica de trabalho que supere as metodologias onde ao professor cabia transmitir os conhecimentos e ao aluno apenas recebê-los de forma passiva, ouvindo, memorizando e repetindo o conhecimento.

A avaliação do aluno é processual, participativa, formativa, cumulativa e diagnóstica, mediante verificação da aprendizagem de conhecimentos e do desenvolvimento de competências em atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação paralela, podendo ser realizada através de provas, exercícios, trabalhos individuais e em grupo, atividades orais e escritas.

A Unidade Escolar conta com uma equipe de profissionais efetivos licenciados (100%), mas, no entanto, é necessário que a escola incentive a formação continuada destes. Assim, a realização de cursos, seminários e capacitação interna faz parte das metas e ações. Tal investimento na formação dos profissionais permite que o atendimento a clientela seja realizado de forma efetiva e com qualidade garantindo que a escola aproxime-se dos resultados esperados. A SED promove participação no tradicional Seminário de Educação de Rio Negro e em outras capacitações. A Unidade também realiza capacitações internas com verbas do PDE.

Com relação aos Projetos desenvolvidos pela Unidade Escolar, definiu coletivamente os seguintes projetos:

Projeto APOIA que combate a evasão escolar e a baixa frequência, projeto NEPRE - Prevenção á Violência Contra Crianças e Adolescentes; Prevenção a Violência Contra Educadores; Combate a Prática de Bullying na Unidade Escolar;

projeto Recreio Monitorado. Conforme conceituou o Conselho Nacional de Educação/CNE, no Parecer CEB nº 05/97, o recreio é efetivo trabalho escolar. Portanto, não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam, com exclusividade, a atividade escolar de que fala a lei; projeto Incineração de documentos simples (correspondências, mapas do sistema, fichas cadastrais) com mais de cinco anos; projeto Apoio ao Estudante auxilia a alunos carentes e também nos aspectos cognitivos, de aprendizagem e comportamentais; projeto Rádio Escolar; projeto PROERD – parceria com a Polícia Militar; projeto Fanfarra; projeto 2º professor; projeto Poesia; projeto Pintura; projeto Viajando e aprendendo; projeto A Inclusão e Diversidade; projeto Educativo Para Cultura ecológica e ambiental; projeto Africanidades e projeto Datas Comemorativas.

A matrícula se realizará no final e início de cada ano escolar obedecendo ao calendário fixado pela SED e caberá à Unidade Escolar administrá-la no decorrer do ano letivo, assegurando o acesso e permanência do aluno na Escola. O aluno deverá apresentar um comprovante de residência comprovando a distância da escola, respeitando assim a lei do zoneamento. A escola, juntamente com o aluno e a família, se responsabiliza em providenciar a documentação necessária para a efetivação da matrícula.

Com relação ao rendimento escolar dos educandos em relação aos índices de aprovação, reprovação, evasão e transferência a escola apresenta-se estável e com resultados significativos quando comparados nos relatórios emitidos pelo SISGESC.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina informações de fluxo e de desempenho dos alunos visando a melhoria da qualidade da educação no país, nos anos de 2004 e 2007 apresentaram melhoria com relação a média dos últimos anos nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e mantendo-se estável nas Séries Finais do Ensino Fundamental, entretanto no ano de 2009 percebe-se uma pequena queda da média nas Séries Iniciais e a média mantida nos anos finais, conforme se observa nos dados divulgados pelo MEC.

A organização escolar compreende todos os órgãos necessários para o funcionamento da Unidade Escolar, e abrange os seguintes serviços: Direção Geral e Assessora de Direção; Assistente de Educação; Assistente Técnico Pedagógico e Corpo Docente, onde 100% do quadro efetivo possuem formação a nível superior.

As condições de trabalho procuram facilitar e valorizar cada segmento pelos feitos e orientar as possíveis falhas que ocorrem, considerando o erro como uma forma de aprendizagem.

Os serviços prestados dividem-se entre o grupo de trabalho, onde a Direção e a Assessora administram as funções de todos os segmentos participando ativamente do acompanhamento das atividades desenvolvidas na Unidade Escolar, atendendo diretamente a pais, professores e alunos e encaminhando aos setores responsáveis conforme o assunto que será tratado.

Questões pedagógicas são de responsabilidade das Técnicas Pedagógicas; documentação escolar, de responsabilidade do Assistente de Educação o qual possui pastas de cada aluno matriculado, controle de entrada e saída dos educandos e da mesma forma da documentação dos professores.

A escola realiza a avaliação institucional através de questionário, avaliando anualmente os diversos setores e segmentos e atividades da escola com o objetivo de planejar/replanejar as atividades escolares diagnosticando avanços e falhas dentro do processo.

Com relação a participação da comunidade escolar, procura-se incentivar a participação nas atividades que tornam-se Conselhos Escolares, dentre eles são realizados convites diretos e indiretos para a participação direta e indireta de todos nos Conselhos de Classe Participativo, na APP (Associação de Pais e Professores), no Clube de Mães, no Grêmio Estudantil e no Conselho Deliberativo Escolar que são desenvolvidos na Unidade de Ensino.

Os recursos financeiros são provenientes de como: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que tem por finalidade auxiliar em caráter suplementar. Seu objetivo é de prestar assistência financeira visando a melhoria da infraestrutura, o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

Também verbas do PDE Escola que é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. Para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros visando apoiar a execução de todo ou de parte do seu planejamento.

Este ano foi disponibilizado o Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina (CPESC), uma nova ferramenta que vai facilitar e modernizar o dia a dia da

gestão educacional. Com o CPESC, o gestor escolar pode comprar material de expediente diretamente, produtos de limpeza e higienização, produtos para a manutenção de bens móveis e imóveis, material elétrico e eletrônico e de processamento de dados.

A Associação de Pais e Professores também realiza promoções para aquisição de numerário para realização de manutenção e pequenos reparos, aquisição de matérias permanentes, pedagógicas e de consumo.

Procura-se na Unidade Escolar em parceria com as Técnicas pedagógicas, proporcionar oportunidades para que a família conheça melhor as atividades de estudo dos educandos, criando alternativas atrativas para informar, alertar, orientar. A participação dos pais é fundamental no processo do desenvolvimento social, pessoal e educacional do aluno, tal participação auxilia na tomada de decisões, mais para tanto exige, perseverança, paciência, otimismo, informação, formação e confiança. O conhecimento e a troca de experiências entre família e escola são os caminhos para a superação das dificuldades.

A escola em seu espaço físico possui uma área total de 7.000 m², conta com 01 biblioteca, 02 salas de aulas para alunos com deficiência visual e demais deficiências SAED- Multifuncional e Misto (passou a ser denominada assim a partir de 2011 devido ao fechamento da SAED localizada junto a APAE), 15 salas de aula distribuídas do 1º ano/09 á 8ª ano/09 sendo salas ambientes, 01 arquivo morto, 01 secretaria, 01 sala de professores, 01 sala de orientação e administração escolar, 01 sala para o Clube de Mães, 01 rádio escolar, 01 sala informatizada, 01 sala da direção escolar, 01 sala para almoxarifado, 02 cozinhas sendo a maior cedida a empresa responsável pela alimentação escolar e a outra para uso dos professores e funcionários, 01 depósito de merenda escolar, 02 banheiros para alunos masculino e feminino, 02 banheiro para alunos com deficiências físicas, 02 áreas cobertas, 01 ginásio de esportes, 01 espaço de área recreativa, 01 sala de multimídias e 01 auditório, todos possuem acessos a educandos com Necessidades Educacionais especiais.

A Unidade Escolar vem necessitando de reparos e aquisição de novos materiais para ambientes como: sala informatizada, piso das áreas abertas e cobertas, reparos na cobertura do ginásio e pequenos reparos que serão realizados com as verbas que estão previstas para o corrente ano.

A biblioteca da escola representa um espaço em constante melhoramento, sua estrutura apresenta estantes próprias para o ambiente, mesas de estudo, 02 computadores com acesso a internet e um acervo de aproximadamente 3.000 livros das mais diversas áreas do conhecimento.

Com relação alimentação escolar existe refeitório na área coberta da escola, ela é oferecida por empresa terceirizada, que oferece cardápios diários a partir da formulação deste por nutricionista da SED, necessitando ser informada em sistema próprio o cardápio do dia, o número refeições servidas, tendo tempo hábil para estas informações serem realizadas no sistema.

4 DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR DIMENSÃO

4.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Contextualização da comunidade escolar	
Objetivo Específico	Reconhecer a realidade da comunidade escolar a partir do levantamento de dados relevantes a reelaboração anual do PPP.
Meta	100% das informações
Ação	Realização de levantamento de dados imprescindíveis ao reconhecimento do contexto em que a escola está inserida.
Atividade/Tarefas	Aplicação de questionário para coleta de dados; Tabulação dos dados; Redação dos dados na reelaboração do PPP.
Público alvo	Comunidade Escolar.
Responsáveis pela ação	Equipe Diretiva.
Período	Início 2017 Fim 2021

4.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Ensino e Aprendizagem	
Objetivo Específico	Promover a interação e a possibilidade de aprendizagem em diferentes situações e contextos;
Meta	100% dos educandos.
Ação	Resgate dos gostos infanto-juvenis para favorecer atividades de aprendizagem; Desenvolvimento da capacidade de avaliação e auto avaliação no processo de escolarização;
Atividade/Tarefas	Aprimoramento do uso de Tecnologias da Informação; Utilização de sites para pesquisa e site específico para realização de atividades (plataforma); Promoção de feiras, teatros, momentos culturais, salas de aula invertida.
Público alvo	Alunos.
Responsáveis pela ação	Equipe Diretiva, Coordenação Pedagógica e Professorado.
Período	Início 2017 Fim 2021

Oficinas	
Objetivo Específico	Reconhecer os anseios dos alunos da escola;
Meta	100% do alunado
Ação	Apoio aos educadores na elaboração de estratégias em prol dos anseios dos alunos, visando atender as especificidades de seus alunos.
Atividade/Tarefas	Cursos extracurriculares; Organização de Oficinas culturais (Música, teatro, dança e fanfarra) e artesanais e de aptidão profissional.
Público alvo	Comunidade Escolar
Responsáveis pela ação	Equipe Diretiva, Professorado e Parcerias.
Período	Início 2017 Fim 2021

4.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

Prestação de Serviços	
Objetivo Específico	Promover atendimento nos diferentes setores da escola com atenção, qualidade e cooperação;
Meta	100% dos servidores da Unidade Escolar.
Ação	Promoção de ações que favoreçam a participação efetiva de todos os segmentos dos setores da administração, pedagógicos e de serviços gerais da escola na busca da oferta de serviço eficiente e de qualidade; Qualificação dos serviços prestados pelos setores da administração, pedagógicos e de serviços gerais promovendo a capacidade de solucionar dificuldades encontradas com pais, alunos e professores dentro de cada especificidade do atendimento prestado.
Atividade/Tarefas	Cursos de formação e de motivação; Estudos da legislação; Divulgação das legislações que norteiam as diferentes ações da escola; Elaboração de comunicações internas;
Público alvo	Setores administrativos, pedagógicos e de serviços gerais.
Responsáveis pela ação	Gestão e SDR.
Período	Início 2017 Fim 2021

Calendário Escolar	
Objetivo Específico	Promover a participação de todos nas atividades que ocorrem durante o ano letivo;
Meta	95% das atividades planejadas e programadas.

Ação	Estar com todas as atividades do calendário escolar expostas antecipadamente.	
Atividade/Tarefas	Incentivo e ênfase na importância da participação dos docentes nas atividades; Realização de encontros para exposição de ideias e sugestões; Montagem de equipes docentes mensais que se responsabilizem pelas atividades do mês.	
Público alvo	Comunidade Escolar	
Responsáveis pela ação	Coordenação Pedagógica.	
Período	Início 2017	Fim 2021

Colegiados		
Objetivo Específico	Estabelecer a efetiva participação dos educandos nas atividades desenvolvidas da escola;	
Meta	100% das agremiações em funcionamento.	
Ação	Assegurar ao educando o direito de atividades no contexto escolar e extraescolar de maneira participativa; Fortalecimento dos órgãos colegiados.	
Atividade/Tarefas	Realização de feiras, passeios, olimpíadas, noites culturais, apresentação de poesias, jogos, gincanas, etc. Realização de seminários, debates, palestras, visitas. Realização de fóruns, avaliação e auto avaliação; Realização de conselhos participativos.	
Público alvo	Corpo discente e comunidade escolar.	
Responsáveis pela ação	Equipe Diretiva, Pedagógica, Administrativa Professorado e Funcionários.	
Período	Início 2017	Fim 2021

4.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

Recursos Financeiros		
Objetivo Específico	Investir os recursos de forma democrática.	
Meta	100% dos investimentos.	
Ação	Apresentação das necessidades da escola, priorizando por ordem de urgência o que precisa ser realizado. Utilização dos recursos financeiros frisando a importância do planejamento e conhecimento dos investimentos por parte de toda comunidade escolar;	
Atividade/Tarefas	Reuniões;	

	Conhecimento das fontes de recursos; Apresentação de planilhas com numerário de verbas e os investimentos; Prestação de contas trimestrais.	
Público alvo	Comunidade Escolar.	
Responsáveis pela ação	Equipe Gestora e Gerência de Educação.	
Período	Início 2017	Fim 2021

Alimentação Escolar		
Objetivo Específico	Oportunizar conhecimento da legislação e da importância da alimentação oferecida na escola;	
Meta	100% dos alunos e profissionais da escola.	
Ação	Conhecimento da legislação da alimentação escolar;	
Atividade/Tarefas	Conhecimento dos cardápios e o porquê são constituídos de tal forma; Palestras com nutricionista; Campanhas de conscientização da alimentação saudável e do não desperdício.	
Público alvo	Alunos e profissionais da escola.	
Responsáveis pela ação	Equipe Gestora e Empresa de alimentação.	
Período	Início 2017	Fim 2021

4.5DIMENSÃO FÍSICA

Arquitetônicas		
Objetivo Específico	Realizar levantamento dos espaços físicos e das reais necessidades de construção/reformas para melhoria das atividades educacionais.	
Meta	Aproveitamento otimizado de 100% dos espaços da Unidade de Ensino.	
Ação	Melhoria da organização do ambiente físico da escola;	
Atividade/Tarefas	Levantamento das fragilidades arquitetônicas; Realização de levantamento de custos; Execução das obras necessárias.	
Público alvo	Comunidade Escolar.	
Responsáveis pela ação	Equipe Gestora e Gerência de Educação.	
Período	Início 2017	Fim 2021

Acessibilidade		
Objetivo Específico	Proporcionar melhor acesso e atendimento a alunos com deficiências.	
Meta	100% alunos inclusos.	
Ação	Realização de reformas e adaptações	

	necessárias que auxiliem e facilitem o acesso dos alunos com deficiência.	
Atividade/Tarefas	Realização de reformas e manutenções; Aquisição de material e equipamentos para auxiliar os segundo professores e professores de SAEDE;	
Público alvo	Comunidade Escolar e alunos inclusos.	
Responsáveis pela ação	Equipe Gestora e APP	
Período	Início 2017	Fim 2021

5 CONTROLE E AVALIAÇÃO DO PLANO

A escola fará a avaliação do plano através da avaliação institucional com a aplicação de questionário, avaliando anualmente os diversos setores e segmentos e atividades da escola com o objetivo de planejar/replanejar as atividades escolares, buscando alternativas mediante os resultados, para que assim possa cumprir a sua função social de modo mais competente possível diagnosticando avanços e falhas dentro do processo de gestão escolar. Também inclui além do questionário uma auto avaliação de cada profissional e do gestor, realizando feedback para organizar possíveis falhas e compartilhar os êxitos, (interpretando seu trabalho, planejamento, atividades, dificuldades, atitudes).

Outra forma de viabilizar o alcance das metas é proceder à avaliação das ações e metas, bem como os resultados alcançados. Esta avaliação faz-se necessária para averiguação dos métodos utilizados para alcançar cada objetivo. Desta forma, nas ações e metas previstas pelo Projeto de Gestão, estão incluídas avaliações para cada ação, permitindo a reformulação dos métodos utilizados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se propor um plano de gestão que preconiza a efetivação de uma escola que busca a melhoria em todas as suas ações e dimensões, se exige do gestor a constante observação do que está ao redor, analisando cada passo, verificando os prós e os contras de se escolher os encaminhamentos, antevendo os possíveis percalços a serem encontrados em cada opção, sem, contudo, desviar-se deles, pois, são as situações conflituosas que geram as grandes oportunidades de amadurecimento pessoal, coletivo e social.

A escola é uma das principais vias de acesso a oportunidades de aprender, fazer, ser e conviver, pois é nela que ainda depositam-se as esperanças de construção de dias mais justos para todos os cidadãos.

Compreende-se que a legislação vigente se faz de suma importância para a prática da gestão democrática e participativa na escola pública, contudo, dispositivos legais somente legitimam uma prática. Para realmente vivenciá-la de forma reflexiva, dialógica e dialética, faz-se necessário a compreensão e o conhecimento do que representa as ações e a vivência democrática em um espaço escolar.

A gestão vai além de administrar questões pedagógicas da escola, pois, aprende-se também a participar, analisar e a refletir sobre as relações com o outro, a tomar e acatar decisões coletivas, a ouvir, a divergir, a tolerar e a respeitar os companheiros, aprende-se a ser democrático, a ser autônomo, a ser solidário e principalmente a ser cidadão. Pois, como discorre Paulo Freire:

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. (FREIRE, 1995, p. 91)

A proposta aqui apresentada para a efetivação em uma escola Pública estadual do Planalto Norte de Santa Catarina está eticamente comprometida com a emancipação humana. A conquista desta autonomia será favorecida se o gestor da escola, no cumprimento de seus papéis, enquanto político, líder, organizador e ação manifestar a sua vontade de educar e formar cidadãos e cidadãs de maneira permanente e continuada no próprio local de trabalho, de maneira que todos tenham

a oportunidade para repensar e pesquisar a prática que estão desenvolvendo, de assumir novos valores, saberes, posturas e habilidades.

Desta forma, acredita-se que a proposta de realização de um Plano de Gestão deve ser gerida por um gestor político, gestor líder, gestor organizador e gestor ação no exercício de uma gestão democrática, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, mais humana através do bem mais relevante a construção humana que é a educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 6 ed. São Paulo: Olho D' Água, 1995.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 1794, de 15 de outubro de 2013**. Diário Oficial, Santa Catarina, nº 19.843, p. 03-05, 2014.

_____. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Secretaria de Estado da Educação, Florianópolis, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO-SED. **Gestão escolar, orientações para o Gestor**. Instrumento destinado à orientação e suporte de trabalho para Diretores de Escola. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Gestão da Rede Estadual. Florianópolis, 2016.